

Até junho, dívida externa alcançava US\$ 87 bilhões

Da sucursal de
BRASÍLIA

A dívida externa do País registrada pelo Banco Central — somente de meio e longo prazos — atingiu, ao final do primeiro semestre, US\$ 76,38 bilhões. Estimativas preliminares indicam que, em junho último, a dívida não registrada de curto prazo somava cerca de US\$ 10,6 bilhões, com a elevação do endividamento global para a casa dos US\$ 87 bilhões.

Para o final do ano, o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, previu, no programa de ajustamento da economia brasileira apresentado aos banqueiros internacionais, o crescimento da dívida externa global para US\$ 91,91 bilhões, com acréscimo do ano de apenas 10,4%. Do total, a projeção de Pastore indicava US\$ 83,46 bilhões de dívida registrada e US\$ 8,45 não registrada.

Ontem, o Banco Central divulgou apenas o crescimento de 9,7% da dívida de médio e longo prazos, através do informativo mensal de outubro. Já a projeção de US\$ 10,6 bilhões de dívidas de curto prazo tem como base a constatação de que, no primeiro semestre deste ano, o Brasil só conseguiu saldar os empréstimos-pontes, no total de US\$ 576 milhões, junto ao Tesouro norte-americano e parte destas operações realizadas com os bancos privados e o Banco de Compensações Internacionais (BIS), além de manter certa estabilidade nas linhas comerciais.

O Banco Central mostra que 75,2% da dívida global do País correspondem a empréstimos em moeda, no valor de US\$ 57,42 bilhões, 18,9% a financiamentos de importação, no total de US\$ 14,46 bilhões, 3,2% à colocação de bônus, no montante de US\$ 2,47 bilhões, e os restantes US\$ 608 milhões às operações diversas, além de US\$ 1,43 bilhão de recursos do FMI.

A instituição ressalta que, entre as linhas de crédito externo, só houve expansão no financiamento do FMI e nos empréstimos diretos ao setor público, a partir do ingresso de US\$ 2,5 bilhões do empréstimo "jumbo" de US\$ 4,4 bilhões contratado em fevereiro último. Com as operações contratadas entre matrizes e subsidiárias de multinacionais e mais parcelas de compromissos em atraso, a variação no saldo dos empréstimos diretos alcançou US\$ 5,02 bilhões no semestre.

O aumento da participação do setor público no endividamento externo do País, através das operações 4.131, tem a contrapartida da queda nos empréstimos sob as normas da Resolução nº 63 do Banco Central. De janeiro a junho último, o saldo das operações 63 caiu de US\$ 16,1 bilhões para US\$ 15,6 bilhões, com a manutenção da tendência iniciada no terceiro trimestre de 1982.

O Banco Central ressaltou que o elevado déficit orçamentário do Tesouro americano continua a impedir que a **prime-rate** não acompanhe a tendência de queda das taxas de curto prazo.